

RELATÓRIO POVOS TRADICIONAIS



4 DE ABRIL 2022

Ipsos Public Affairs

Elaborado por: Marta Capacla e Priscilla Branco

Preparado para: Amoreira Comunicação

Ipsos

Sumário

Sumário	2
Introdução e contexto	3
Metodologia e amostra	4
Análise dos resultados	6
I. Os povos indígenas e comunidades tradicionais	7
I.I A terminologia “povos tradicionais”	7
I.II Quilombolas: pouco conhecimento	7
I.III Povos indígenas: foco do estudo	8
II. O lugar dos povos indígenas	8
III. Povos indígenas e a questão ambiental	23
IV. Povos indígenas, lutas e representatividade	26
V. Fontes de informação e eventos	30
VI. Projeção de futuro	34
VII. Avaliação de campanhas	38
VIII. Conclusões	39
Apêndices	43
Lista de campanhas avaliadas na pesquisa	43

Introdução e contexto

O contexto de realização da pesquisa

Esta pesquisa foi realizada ao longo de cinco meses, entre junho e outubro de 2021. Nesse período, desenrolaram-se diferentes acontecimentos, envolvendo direta ou indiretamente os povos tradicionais.

A pandemia de covid-19 seguia em seu segundo ano. No Superior Tribunal Federal (STF), debatia-se o marco temporal, e 6 mil indígenas acampavam em Brasília. O país participou de diversos eventos sobre o meio ambiente, onde se observou pressão internacional sobre seus compromissos com a agenda ambiental. Em abril, o presidente participou da Cúpula de Líderes sobre o Clima; em outubro, o G20 debatia meio ambiente; e, em novembro, aconteceu a COP26.

O ano de 2021 foi também o terceiro do governo do presidente Jair Bolsonaro e, de acordo com muitos dos próprios entrevistados e entrevistadas, a gestão criava um contexto desfavorável aos indígenas. A partir dessa perspectiva, as entrevistas tendiam a exacerbar visões sobre um cenário conflituoso da sociedade brasileira para com os povos tradicionais, e sobrevinha um tom muitas vezes pessimista em relação ao seu futuro.

Este estudo foi desenvolvido, portanto, no contexto de diferentes acontecimentos públicos perpassando temas relacionados aos povos tradicionais. A pesquisa buscou mapear as tendências de percepções e de pensamentos dos entrevistados sobre esse “outro” multifacetado: os povos tradicionais. Pretendia, também, investigar percepções sobre seu lugar na sociedade brasileira; sobre questões importantes para esses povos na atualidade, como o direito territorial; e sobre sua atuação política e o grau de conhecimento sobre a relação desses povos com a agenda climática. Ademais, visava a explorar as possibilidades de caminhos para diálogos e fortalecimento de relações com públicos específicos, especialmente os tomadores de decisão. Diante do atual contexto político do país, também foi considerado importante ouvir a população geral com características mais conservadoras.

Metodologia e amostra

Metodologia

A pesquisa *Povos Tradicionais* utilizou a metodologia qualitativa, que busca entender, em profundidade, valores, crenças, símbolos e nuances de pensamento sobre determinados assuntos. Nesse sentido, é uma abordagem que estuda aspectos subjetivos de temas ou fatos sociais.

A metodologia qualitativa é sempre aplicada em pesquisas cujo objetivo principal é mapear um amplo leque de opiniões sobre determinado tema numa sociedade ou grupo específico. Devido a isso, sua proposta não é garantir a representatividade estatística possibilitada por *surveys* [enquetes], mas, sim, evidenciar conexões possíveis e aspectos simbólicos que emergem de uma sociedade.

Técnica

A técnica de coleta escolhida foi a de entrevistas em profundidade, em que um moderador ou moderadora conversa individualmente com cada um dos participantes da pesquisa. Cada sessão durou aproximadamente 60 minutos, e as entrevistas foram realizadas por meio de ferramentas de videoconferência (como Teams e Zoom, entre outras).

As entrevistas foram conduzidas por entrevistadores seniores, atuantes no ramo das ciências sociais e da opinião pública e com *expertise* em moderação envolvendo *stakeholders* [partes interessadas] de elite. Os moderadores partiram de um roteiro semiestruturado, o que permitiu uma investigação em profundidade das percepções e opiniões dos entrevistados.

Amostra

O estudo realizou um total de cem entrevistas em profundidade, distribuídas entre dois grandes grupos, denominados *população geral* e *formadores de opinião*. A seguir, apresentamos em mais detalhes a composição de cada um desses grupos.

População geral

Um dos objetivos da pesquisa era conhecer, em maior profundidade, as percepções de uma parcela da população com características mais conservadoras em aspectos políticos e sociais. Nesse sentido, foram buscados perfis específicos de indivíduos para compor a amostra, os quais, durante a análise dos resultados, serão por vezes denominados “eleitores conservadores”. No total, foram realizadas 30 entrevistas em profundidade com este grupo, com os seguintes perfis:

- Eleitores de perfil conservador, definidos a partir de pautas de costumes e políticas;
- Variedade de posicionamentos políticos baseados em: autodeclaração de posição política (centro, centro-direita e totalmente à direita), intenção de voto nas próximas eleições (conforme posicionamento no espectro político) e comportamento na última eleição;
- Homens e mulheres, entre 18 e 60 anos, ou com mais de 60, com escolaridade mínima equivalente ao ensino médio; e
- Moradores das capitais dos estados de: SP (3); MG (3); RJ (3); e AM, PA, MA, RO, RR, MT, TO, AC e AP (21);

O trabalho de campo da pesquisa (a realização das entrevistas) aconteceu entre os dias 26 de agosto a 9 de setembro de 2021.

Formadores de opinião

Foram realizadas 70 entrevistas com o grupo denominado *formadores de opinião*, que inclui os seguintes subgrupos:

- Economistas, incluindo 2 ex-ministros, além de diretores financeiros, diretores, sócios e economistas-chefes de empresas de investimento, de bancos, de empresas de consultoria e de universidades, vários dos quais também atuam como palestrantes e colunistas de importantes veículos de imprensa;
- Líderes empresariais, ou seja, pessoas em altos cargos em nível de direção e gerência;

-
- Líderes políticos, incluindo ex-presidentes, governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais;
 - Jornalistas da imprensa regional, entre os quais proprietários de *sites* de notícias, editores executivos, editores-chefes, diretores e gerentes de jornalismo e redação e radialistas.

Neste grupo, foram privilegiadas algumas características dos entrevistados para sua incorporação ao estudo, como capacidade de influenciar seus pares, legado político ou social, relevância na área de atuação e *expertise* sobre o tema, entre outras.

Análise dos resultados

A análise das entrevistas foi dividida em sete subcapítulos, a saber:

- i. Os povos indígenas e comunidades tradicionais
- ii. O lugar dos povos indígenas
- iii. Povos indígenas e a questão ambiental
- iv. Povos indígenas, lutas e representatividade
- v. Fontes de informação e eventos
- vi. Projeção de futuro
- vii. Avaliação de campanhas

A análise buscou condensar os achados de forma global, almejando uma síntese em comum entre todos os relatos. No entanto, dada a diversidade de nuances e de estruturas de pensamento, pontos específicos relativos aos diferentes grupos pesquisados foram destacados ao longo do relatório.

A seguir, apresentamos os resultados de cada um dos sete capítulos.

I. Os povos indígenas e comunidades tradicionais

Ao início das entrevistas, foi apresentado, como estímulo, o termo *povos tradicionais* e perguntado seu significado. Após a resposta espontânea, foi explicado o significado do termo conforme a definição governamental — que inclui povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

I.I A terminologia *povos tradicionais* gera dúvidas

Para a população geral, o termo *povos tradicionais* não é autoexplicativo. Espontaneamente, o termo abrange os povos indígenas, e, eventualmente, são citados também os quilombolas e ribeirinhos. Contudo, surgem algumas confusões com tudo o que pode ser visto como “tradicional” e ligado a comunidades com raízes antigas — inclusive, por exemplo, os portugueses colonizadores e imigrantes.

Entre os segmentos de formadores de opinião, observou-se também certa insegurança no domínio da terminologia, que é principalmente associada aos povos indígenas, mas que, para vários, também inclui os demais povos mencionados.

“Povos tradicionais são os indígenas. Porque foram os primeiros aqui, não é? Os nativos. Na minha opinião, os portugueses, os alemães, também, na parte do sul. Mas acho que mais os indígenas, que são nativos daqui, e os portugueses, mesmo. Para mim são os mais tradicionais.”

(População geral, 25–39 anos, RO)

I.II Quilombolas: pouco conhecimento

Entre a população geral, os quilombolas são ainda menos compreendidos e conhecidos. São mais associados a uma questão de herança da história escravocrata e, quando se conhece um pouco mais sobre o tema, são associados a debates sobre preconceito racial.

Entre os formadores de opinião, o termo é amplamente conhecido, mas tende a ser colocado mais próximo ao debate sobre questões raciais e identitárias. Poucos o associam espontaneamente à demarcação de terras, por exemplo. Observa-se um distanciamento maior que aquele observado em relação aos povos indígenas: os entrevistados possuem ainda menos contato e menos fontes de informação e compreensão sobre o tema.

Assim, embora os formadores de opinião fossem estimulados a pensar sempre nos povos tradicionais, muitas vezes a conversa tratava apenas da questão indígena, ou ficava majoritariamente concentrada nela.

“Quilombolas estão mais perto da pauta do racismo, como sobre a religiosidade dos povos de matriz africana.”
(Senador, BA)

I.III Povos indígenas: foco do estudo

Considerando o contexto descrito acima, o estudo passou a manter seu foco e se aprofundar na questão indígena, mapeando principalmente as questões relativas a esse tema. Ainda assim, podemos afirmar que muitos entrevistados demonstraram bastante insegurança ao fazerem afirmações sobre povos indígenas, pontuando sempre o distanciamento e a pouca informação para embasar suas opiniões. Isso aconteceu tanto entre a população geral quanto entre os formadores de opinião (especialmente economistas e líderes empresariais).

II. O lugar dos povos indígenas

Usando uma licença para resumir e simplificar a questão, é possível dizer que o lugar dos povos indígenas na sociedade brasileira é, de fato, o lugar do outro — um outro desconhecido, estranho e que incomoda.

Ele gera sentimentos como empatia e solidariedade, mas também indiferença ou certo rancor (mais entre a população geral). Embora reconhecidos como integrantes de nossa

história e cultura, o olhar sobre sua posição atual tende a se concentrar em seu deslocamento em relação à sociedade envolvente: deslocados do sistema capitalista dominante, tanto no modo de produção quanto no modo de consumo, e distintos em seus direitos e questões identitárias (direitos diferentes e culturas muito diversas). Nesse sentido, os indígenas são “eles”, e a sociedade brasileira somos “nós”.

Alguns segmentos entrevistados, porém, começam a conceber pontes entre as culturas, formas de diálogo entre as sociedades, desenvolvendo, de forma ainda incipiente, a possibilidade de sermos todos, afinal, um “nós” nacional, respeitando e valorizando as diferenças.

Há um grande desconhecimento sobre a realidade e a diversidade dos povos tradicionais, e as questões que os envolvem tendem, muitas vezes, a ser simplificadas e equivocadas. Observa-se que, quanto mais os entrevistados têm consciência da diversidade e da complexidade do debate, mais interessados estão em ter acesso a informações confiáveis para compreenderem melhor essa realidade. Por outro lado, quanto menos informados (como no caso de uma parcela da população conservadora), menor é o interesse. Nesses casos, o desconhecido se passa por algo supostamente conhecido, encerrando o debate: não se sabe o quanto não se sabe. Portanto, o caminho para um diálogo parece ainda mais longo.

A desinformação contribui sobretudo para a simplificação do tema e da argumentação, tomando-se a parte pelo todo para compor imagens gerais sobre a questão. Isso acontece principalmente no segmento da população geral, mas não apenas nele. Como consequência, alguns exemplos de situações específicas de alguns povos indígenas (pedágios, ou indígenas pró-garimpo) são projetados para o todo, e os povos indígenas são vistos como um grande bloco de “índios” com um comportamento genérico.

Outro resultado de uma simplificação é o olhar que situa a questão indígena em uma escala de menor ou maior assimilação e diluição cultural na sociedade brasileira. Tal “régua” é, de fato, bastante frequente em várias entrevistas, inclusive entre formadores de opinião.

Essa visão deriva, por um lado, da inclusão dos povos indígenas nas relações de consumo. Com o acesso a telefones celulares, internet, automóveis etc., o consumo

tende a ser visto como indicativo de assimilação cultural. Tal visão se nota especialmente no segmento do público em geral.

Por outro lado, ela também surge em função da percepção de que os povos e suas terras estão sob intenso ataque (de grileiros, garimpeiros e fazendeiros), o que os tornaria muito vulneráveis. O cenário atual, no contexto de um governo percebido como desfavorável aos povos indígenas, certamente impacta a ideia de assimilação cultural como uma possibilidade provável e muito próxima (nos próximos dez anos, por exemplo).

Nesse aspecto, também pesa a desinformação. Conhece-se muito pouco sobre a organização dos povos indígenas; sobre o movimento e as organizações indígenas; sobre agentes de apoio e proteção; e sobre sua capacidade de diálogo e seu histórico de resistência. Poucos nomes de representantes são lembrados. Pode-se falar até em certa invisibilidade, já que, apesar de haver mais pontos de contato e informação nos dias de hoje (como, por exemplo, as redes sociais), pouco se conhece sobre seus representantes. Um exemplo disso é Davi Kopenawa, líder Yanomami que, há décadas, tem projeção nacional e internacional, tendo, inclusive, sido eleito para a Academia Brasileira de Ciências (ABC), mas que é muito pouco mencionado em toda a amostra.

Como consequência, entre os públicos mapeados, a imagem dos povos indígenas tende a ser mais de vulnerabilidade que de força, com pouca compreensão do capital político que adquiriram na agenda climática durante a última década.

Por fim, há a questão dos direitos dos povos indígenas sobre suas terras (reservas) e seu acesso a serviços fundamentais; e sobre o contraste entre esses direitos e os da população geral. Há certa dificuldade de compreensão de direitos civis por parte da sociedade brasileira. De fato, esses direitos tendem a ser vistos em “contraposição” aos direitos de outros segmentos da população geral — a perspectiva, portanto, é de um espaço de disputas. Eis uma questão em torno da qual muitos entrevistados transitam em suas falas, seja para reforçar esses direitos, seja para questioná-los de alguma forma. É o lugar onde os povos indígenas mais incomodam o restante da sociedade brasileira.

“Nos últimos dez anos, essa questão indígena deixou de ter um pouco de relevância, talvez até por conta dessa percepção de

necessidade de crescimento, necessidade de sair de crise, crescer a qualquer custo, e o agro, as commodities serem um pouco esse filão de crescimento. Às vezes, me passa a impressão que a sociedade olha o povo indígena como um estorvo, um povo atrasado, que precisaria de fato ser incorporado ao modo de vida ocidental. Para essa população, não faria sentido existir índio mais. Na hora que traz essa questão de inclusão, a sociedade tradicional brasileira exasperou, entrou num grau de negação, de não aceitação. A sociedade brasileira no seu íntimo tem essa coisa conservadora de raiz, muito intensa, muito forte e sempre foi de certa forma guardada implícita e de repente explodiu nos últimos anos, especialmente com o Bolsonaro. É como se o Bolsonaro fosse o sancionador. Essa desigualdade de renda que coloca essa população branca mais pobre abaixo de um nível de renda dos seus próprios pais, isso começa a deixar ela exasperada também. Eu sou pobre, estou perdendo renda, esses governos estão dando privilégio para essas populações? Aí é demais!”
(Economista, Consultoria)

Reciprocidade: o lugar de tomar e o lugar de dar

Observamos que, com frequência, as narrativas sobre os povos indígenas eram atravessadas por um questionamento — nem tão explícito, mas bastante frequente — sobre a contribuição dos povos indígenas para a sociedade. Isto é, uma expectativa de que, no encontro entre diferentes sociedades, houvesse um equilíbrio entre o tomar e o dar.

Temos a hipótese de que se trata de um lugar simbólico de trocas um tanto esvaziado, em que a posição dos povos indígenas é mais associada a demandas que prejudicam os demais segmentos da população que a contribuições atuais efetivas.

“Existe uma soberba da nossa sociedade (...) de achar que o nosso processo econômico e cultural é melhor do que esses povos subjugados, subvalorizados, como se aquilo fosse inferior, e isso não é necessariamente verdade. (...) Tem coisas, inclusive, com o próprio uso da tecnologia, se descobre quantos saberes têm

acumulados nesta sabedoria destes povos que têm outras tradições que não as nossas. (...) Sinto um pouco de admiração por tamanha capacidade de resistência, acho que muita gente desiste por muito menos.”
(Empresas, Sustentabilidade e Compliance)

Um estudo do Instituto Ipsos conduzido entre setembro e outubro de 2020 com 20.011 participantes de 27 países avaliou o Índice de Coesão Social dessas populações¹. Esse índice mensura quanto uma sociedade trabalha para o bem-estar de todos os seus membros; combate a exclusão e a marginalização; cria um sentimento de pertencimento; promove a confiança; e oferece a seus membros a oportunidade de mobilidade social ascendente.

Os resultados colocam o Brasil no 21º lugar entre as 27 nações investigadas. A partir de suas respostas sobre relações sociais (confiança nas pessoas, prioridades compartilhadas e diversidade), conexão (identidade, confiança no sistema e justiça) e focos do bem comum (ajuda aos outros, respeito às leis e corrupção), somente 13% dos brasileiros possuem um senso de coesão social sólido. Diante desse cenário, é compreensível que o espaço de direitos e benefícios dos povos indígenas seja analisado como um espaço de disputas em que, se o outro ganha, sou eu quem perco.

Todos os aspectos aqui levantados representam um mapeamento dos grandes temas que envolvem o debate sobre o lugar dos povos indígenas. No âmbito de cada segmento entrevistado, porém, observou-se sempre uma variedade de pontos de vista, transitando entre as questões mais divergentes de cada tema.

A seguir, apresentamos algumas especificidades e sutilezas de cada segmento.

a. População geral (eleitores conservadores)

Os eleitores conservadores tendem a fazer generalizações sobre o indígena: nem todos sabem mencionar a diversidade de identidades culturais entre os mais de 300 povos indígenas brasileiros.

¹COLLEDGE, Mike; MARTIN, Chris. **Social Cohesion in the Pandemic Age**. Ipsos, outubro de 2020.

Suas concepções sobre os povos indígenas são formadas a partir de fragmentos de informação — às vezes, apenas títulos de reportagens ou publicações em redes sociais, com pouco aprofundamento. Assim, baseados numa visão de mundo fundamentada em sua própria cultura e na história ocidental e oficial, tendem, muitas vezes, a projetar essas expectativas sobre os povos indígenas, isto é, esperar que, individualmente e como sociedade, eles “evolam”, passando assim a fazer parte da sociedade brasileira como ela é. Entre os públicos menos empáticos com os povos indígenas, isso pode ser visto até como um destino inevitável: enfim, trata-se do velho olhar de evolucionismo cultural.

Há, também, uma visão estática de cultura. Quando falam em preservar a cultura dos povos indígenas, vários demonstram partir da premissa de que uma cultura seja igual a um monumento, que, se alterado, perde sua essência. Portanto, há grande dificuldade em compreender a cultura indígena como algo vivo e conceber um caminho para o relacionamento com os povos indígenas que contemple alteridade, mesmo em um contexto de mudança cultural e incorporação de elementos da sociedade envolvente.

“Eu acho importante pelo fato que nós consideramos que eles foram os primeiros brasileiros. Então, isso é importante. É como você preservar as culturas nossas, é como você preservar um monumento histórico, então, nós temos que preservar eles nesse sentido.”

(População geral, 60+, TO)

A visão de contribuição social dos povos indígenas tende a ser fixada no passado, ou seja, nos legados dessas culturas ancestrais relativos a língua, comida e hábitos. Em geral, não se associa espontaneamente o impacto positivo ambiental dos territórios indígenas. Além disso, pouco são mencionadas (de forma espontânea) as contribuições atuais, como, por exemplo, de saberes relacionados ao manejo da natureza como algo que traga conhecimentos para a sociedade brasileira. A diversidade cultural e os aprendizados relativos à convivência com modos de viver e pensar diferentes também são pouco mencionados como um valor em si.

É nesse contexto que vemos surgir a visão de uma equação desequilibrada de “trocas” entre os povos indígenas e a sociedade do entorno, em que os povos indígenas demandariam mais do que oferecem. Observa-se que, para aqueles perfis menos

empáticos, essa percepção gera distanciamento e, até mesmo, rancor. Embasando essa visão, porém, há narrativas de fatos que, verificados, não a sustentam.

“Por que só é direito deles, e quando ele invade o direito do outro? Por que quando eles fazem a cobrança de pedágio? Quando eles entram, dizem vendas, comércio, pequenos comércio do lugar, eles saqueiam tudo e não tem a polícia pra punir eles? Eu acho assim, o direito tem que ser universal, o direito tem que ser pra todos. Muitas, muitas das vezes, eles falam a respeito de grilagem, mas você sabia que a mídia não mostra, que tem muita terra que índio vendeu?”
(População Geral, 40–59, MT)

Nem todos pensam da mesma forma, porém. Em mais de um terço da amostra de eleitores conservadores, convive-se também com um movimento de simpatia aos povos indígenas. Essas pessoas tendem a trazer uma visão mais curiosa e compreensiva da cultura desses povos — compreendem a força da ligação desses povos com a terra, e alguns também mencionam a importância da coletividade. São essas pessoas, também, que tendem a reagir melhor, e com mais sensibilidade, às campanhas de comunicação avaliadas no final das entrevistas.

“Suas reivindicações são por terras porque infelizmente a gente vive em um país que não olha para esses povos como nossos povos originários, não olham para essas pessoas e veem pessoas, mas simplesmente que não fazem parte do nosso povo. (...) Então eu vejo que viver também para eles seja algo que represente a resistência, uma luta constante. Suas reivindicações são totalmente válidas, porque todo mundo precisa de uma moradia, uma educação, segurança, todo mundo precisa de comida no prato todos os dias, esses povos não são diferentes de nós.”
(População geral, 18–24, AP).

Podemos observar que, na amostra, os mais jovens (até 25 anos) tendem a ser mais empáticos. É possível concluir que essa perspectiva mais sensível esteja aberta a

entender a diversidade como um benefício em si, melhorando, assim, a percepção de equilíbrio das trocas entre as culturas.

b. Economistas

O lugar atribuído pelos economistas aos povos indígenas na sociedade brasileira atual varia, tendendo a visões mais positivas ou mais pessimistas conforme o ponto de partida de cada um.

Observa-se que, quando a narrativa reforça a situação dos ataques sofridos por esses povos ou se concentra nos problemas de qualidade dos serviços de bem-estar social, há uma tendência de percepção de marginalização social e uma visão mais pessimista.

Em contraposição, outros economistas reforçam um olhar que destaca a possibilidade de contribuição positiva dos povos indígenas, propondo uma posição de mais diálogo sob a égide da economia. Essa perspectiva, porém, muitas vezes pressupõe um lugar “funcional” para os povos indígenas como condição para equacionar esse lugar dentro da sociedade brasileira.

Essas propostas podem envolver a ideia de os povos indígenas buscarem a autossustentação como solução para saírem de situações de pobreza e adquirirem autonomia, dependendo menos da ação do Estado — por exemplo, exercendo funções de preservação ambiental, beneficiando a coletividade e contribuindo para a sociedade como um todo. Outra possibilidade é por meio da cultura, do artesanato e do turismo. Seria, segundo essas opiniões, uma perspectiva que busca dar legitimidade à diversidade cultural por meio de seu valor econômico.

“Acho que você só vai conseguir garantir a existência desses povos tradicionais enquanto você conseguir entregar os meios para que possa existir uma função na forma deles se organizarem, extraírem da natureza. Senão, acho que você está tirando um pouco desse valor da comunidade como ela é. Pra mim tem muita relação as duas agendas — indígena e ambiental.”
(Economista, Banco)

Ainda em um contexto que busca equacionar um lugar de diálogo, alguns propõem a flexibilização para superar impasses relacionados a povos indígenas, debatendo, por exemplo, o uso dos territórios para a geração de energia e para o transporte.

São menos comuns, portanto, opiniões que enfatizam a importância do respeito à cultura e ao direito dos povos indígenas independentemente da contribuição social desses povos.

Entre os economistas, é comum observar narrativas que dialogam muito com a questão da assimilação cultural dos povos indígenas por um viés muitas vezes pessimista. Minoritariamente, porém, nota-se, também, o entendimento de que os povos indígenas podem incorporar os códigos da sociedade brasileira e formar pontes, sem perder sua identidade.

“A minha impressão é: as próprias comunidades criaram seus porta-vozes, muitos deles ingressaram na universidade e no sistema político como representantes do povo e portanto de suas próprias comunidades. Eu acho que o Brasil se conectou mais às comunidades indígenas do que antes nesses últimos dez anos.(...). Eu posso estar errado, mas eu não consigo enxergar a comunidade indígena sendo diluída no todo da sociedade brasileira (...) como foram diluídos os italianos, os alemães, os poloneses, os portugueses, que vieram ao Brasil, os japoneses, em algum momento os chineses”.
(Economista e ex-ministro)

c. Empresas

Neste segmento, um recorte importante é o olhar sobre os povos tradicionais destacando seu modo de vida fora do sistema econômico predominante (produção e consumo) e as tensões ou possibilidades que isso acarreta. Há, nesse sentido, diferentes enfoques, que resultam em pontos de vista capazes de fragilizar ou fortalecer o lugar atribuído aos povos indígenas.

Um dos enfoques — mais próximo ao olhar da população geral — é o que tende a relacionar seu modo de vida fora do mercado com pobreza, necessidade de auxílio

governamental e carência em geral. Esse enfoque tende a reforçar as situações de vulnerabilidade e, eventualmente, gera questionamentos sobre seus direitos diferenciados. Representa, porém, uma minoria da amostra.

Outro olhar, mais presente nesta amostra, é aquele que também tangencia o cenário de vulnerabilidade dos povos indígenas, mas, ao mesmo tempo, propõe um debate sobre suas potencialidades e importância. Nesse sentido, a ideia que mais os fortalece é sua associação com os saberes relacionados ao meio ambiente. Mesmo sem verbalizarem ou utilizarem amplamente o conceito de bioeconomia, essa reflexão estabelece a possibilidade de desenvolvimento econômico sustentável dos povos tradicionais em parceria com a sociedade.

A experiência da Natura é uma referência bastante positiva nesse sentido e muito mencionada na amostra. Também são mencionados, como caminhos possíveis, a agenda ESG, os créditos de carbono e as parcerias entre governos locais, empresas e povos indígenas.

“Você tem que ter uma exploração mineral, por exemplo, nessas áreas? Por que essa exploração mineral é mais valiosa que uma exploração extrativista? Não faz sentido diante de um contexto de mudança climática, de reconhecimento da riqueza dessa biodiversidade, por que uma exploração extrativista bem feita e organizada e que gere recursos, ela tem menos legitimidade do que uma exploração mineral por exemplo? Acho que já é um pouco a onda da Natura, as empresas que lidam com esse tema já usam muito esse discurso.”

(Empresas, Reputação e Sustentabilidade)

Os entrevistados das grandes empresas de abrangência nacional identificam uma pressão do mercado para ações mais sustentáveis, uma demanda de que as empresas incorporem questões da agenda ambiental, resultando, então, em alguma possibilidade de aproximação com a temática dos povos tradicionais. No momento atual e no recorte da amostra, porém, a maioria das empresas entrevistadas não tem ações relacionadas aos povos tradicionais.

“Você não tem escolha, as empresas brasileiras que exportam, se elas não se mexem, não vão conseguir mais exportar produtos, porque ninguém vai comprar esses produtos daqui a pouco, estou resumindo de forma bruta, mas basicamente é isso. Se a gente pegar um grande frigorífico que hoje exporta proteína, amanhã se não tiver ações concretas para diminuir o desmatamento que passa, sem dúvida, pela melhoria de condições de vida desses ribeirinhos, por exemplo, eles não vão mais conseguir exportar soja. Até o próprio produtor do agro negócio está começando a entender isso. Eu chamo de real política.”
(Empresas, Relações Institucionais)

O debate sobre o diálogo dos povos tradicionais com o mercado também aparece como uma questão bastante relevante no olhar deste segmento. É uma visão que envolve o princípio de se sobrepor à dependência do Estado e buscar uma qualidade de vida sustentada em uma geração de renda própria.

É interessante observar que este segmento desenvolve visões mais amadurecidas sobre a possibilidade de diálogo com o mercado sem que isso resulte necessariamente em “diluição” cultural (termo utilizado no segmento de economistas).

“Essas comunidades já deveriam ter o seu status jurídico consolidado, poder fazer as próprias escolhas e decidirem entre eles mesmos o que é melhor, uma linha mais tradicional ou procurar se inserir mais na sociedade moderna.”
(Empresas, Corporate Affairs)

d. Políticos

O segmento de políticos tende a dar um peso especial aos debates sobre o quanto de força os povos indígenas podem trazer para o jogo político. Fala-se, com frequência, da importância da força política na composição do Congresso e das Câmaras Legislativas estaduais. Todavia, observam que os povos indígenas, por serem uma minoria numérica, representam poucos votos e, portanto, têm pouca força política atualmente.

Também destacam a dificuldade de dar mais ressonância às questões indígenas nos debates, apontando desinteresse entre os demais políticos.

“Precisa de uma rede de apoio para as demandas deles, qualquer assunto que caia aqui dentro do Congresso Nacional só é aprovado se tiver maioria. Fica difícil qualquer pauta avançar se não encantar os olhos dos parlamentares, essa rede de apoio e contatos. Não vai me render votos, não vai me render prestígio, um minuto na televisão local, uma boa foto para mostrar para meus eleitores.”
(Senador, RR)

Em âmbito legislativo federal, reconhecem a importância da organização e da presença dos povos indígenas para trazer à pauta suas questões. Alguns políticos já identificam maior circulação de indígenas nos ambientes legislativos.

“Se a gente olhar para os povos indígenas, tem um crescimento grande de mulheres líderes nesta discussão, como a Joênia, a Sônia Guajajara. A própria discussão do Marco Temporal mostra a organização deles. Mesmo antes do Marco Temporal, é muito comum ver grupos indígenas dentro da Câmara dos Deputados, participando de sessões, comissões. Acho que tem uma organização sim.”
(Deputada federal, SP)

Muitos apontam, porém, que ainda há pouca representação e articulação. Senadores e deputados federais consideram importantes as visitas que recebem de representantes indígenas em seus gabinetes, mas apontam que isso é pouco frequente, à exceção de políticos que tenham atuação específica nessa área.

“Eu sinto que há vozes, mas são vozes ainda insuficientes para sua cultura, sua história. Quinhentos e treze deputados federais, só uma Joênia. E ela pode representar, mas não vai representar todo o universo.”
(Deputada federal, SP)

O segmento de políticos oferece perspectivas que podem variar conforme a orientação política e sua atuação no Legislativo ou Executivo, em âmbito federal ou estadual. Um dos pontos que parece ser mais consensual é a necessidade de políticas públicas apoiando os povos indígenas em seus direitos básicos à saúde e à educação, entre outros. Reconhece-se, em geral, a deficiência do poder público nesse sentido.

Por outro lado, a questão da terra é o tema que gera perspectivas mais opostas e polarizadas. A extensão das terras e a possibilidade de seu uso e exploração por indígenas ou terceiros são os pontos debatidos. Em torno desse tema, as colocações chegam a ser exacerbadas.

“Nós vivemos uma crise humanitária que envergonhou o mundo inteiro, que foi a falta de oxigênio onde morreram centenas de amazonenses. Como ficam aqueles inimigos da BR-319 que a gente quer reasfaltar e essas ONGs, através de manipulação, não deixam? Porque se tivéssemos a BR-319 que liga Rondônia e Amazônia, teríamos sido socorridos por Rondônia, leva um dia.”
(Senador, AM)

Os desejos e autonomia dos indígenas são apresentados como uma questão de debate neste segmento. Políticos de esquerda em nível federal ressaltam principalmente a necessidade de mais representatividade desses povos nos espaços políticos e a necessidade de que sejam escutados. Além disso, ressaltam a urgência do tema e uma indignação frente ao tratamento que o governo federal dá aos indígenas, agindo contra o interesse desses povos.

Já os políticos mais à direita tendem a propor debates sobre o direito à terra dos povos indígenas em contraposição às sociedades envolvidas. Também incluem a necessidade de escuta dos povos, porém mais no sentido de que tais desejos não sejam intermediados por ONGs, por exemplo. No debate sobre terras indígenas, propõem um encaminhamento mais flexível das políticas públicas, entre as quais as legislações ambientais e as possibilidades de uso da terra e de produção agrícola dos próprios indígenas.

As ONGs, nesse cenário, acabam sendo um ponto da discórdia. Efetivamente, são raras as menções a nomes de ONGs. Na verdade, são mencionadas de forma genérica: por

um lado, representam apoio e intermediação das causas indígenas ; por outro, são acusadas de manipulação desses povos.

Os políticos representantes da região Centro-Oeste e Norte do país, tanto em nível estadual quanto federal, demonstram, em geral, maior conhecimento sobre nomes de representantes indígenas atuantes em suas regiões e, por vezes, têm contato com eles.

“O povo tradicional está vislumbrando também a política, nós temos representantes, vereadores, prefeitos. Em Cavalcante, por exemplo, temos um prefeito que é de origem Kalunga, então estão se envolvendo na política para buscar melhorias para seu povo.”

(Deputado estadual, GO)

Os deputados estaduais citam pautas regionais que podem envolver também os indígenas. Em geral, essas pautas estão ligadas à geração de renda, o que costuma ser uma preocupação desse grupo. Um exemplo disso é o etnoturismo. Outro ponto levantado pelos políticos, particularmente da região Norte, é a contextualização do uso da terra e dos direitos indígenas frente a outras comunidades locais, como, por exemplo, os amazônidas.

Em mais de uma entrevista, observou-se uma demanda — e até certo clamor — para que os interesses da sociedade mais ampla também sejam considerados, frente à percepção de que o debate envolvendo os povos indígenas tende a ser radicalizado.

“Os amazônidas não vivem só na cidade, muitos vivem em comunidades nas florestas, e não são índios. Precisam também ser vistos.”

(Deputado estadual, AP)

e. Jornalistas

O segmento dos jornalistas tende a ter uma perspectiva mais próxima dos povos indígenas, por abordarem esse tema, ou já o terem abordado em algum momento de sua trajetória profissional. Cerca de um terço afirma ter atualmente contato com lideranças indígenas, mas há quem aponte uma dificuldade em ter acesso a esses

povos para entrevistá-los devido a impedimentos burocráticos ou, eventualmente, da própria liderança local.

Esse segmento apresenta uma perspectiva crítica e bem informada sobre os cenários nacional e locais, e, nessas entrevistas, muitos contribuem com exemplos de associações e lideranças indígenas locais, pontuando com mais dados da realidade o debate sobre o tema.

*“Extermínio, estelionato colonial, apropriação, acho que é um termo mais interessante, apropriação cultural ou expropriação cultural religiosa que é praticada ali, alcoolismo são termos mais recentes, miséria, instabilidade fundiária e uso político eleitoral.”
(Jornalista, MS)*

Também trazem mais dados que problematizam as realidades locais de alguns povos indígenas e, em suas narrativas, aparecem situações de pobreza, descaso, conflitos e, eventualmente, relatam casos de lideranças corrompidas por garimpeiros e grileiros. Por outro lado, descrevem como as sociedades, os jogos de poder e as influências locais atuam contra os povos indígenas, fazendo uso, por exemplo, dos meios de comunicação locais.

*“São tidos como comunidades atrasadas, o que não reflete a realidade. São povos que têm sua própria estrutura social, cultural, avançados em muitas coisas. A sociedade em parte ainda tem uma visão um pouco estereotipada, que são atrasados e donos de grandes terras, o que não condiz com a realidade. Os empresários e políticos geralmente são donos de rádios, pequenos jornais e pequenas emissoras de televisão e o próprio debate na mídia nestes locais ainda reforçam bastante o estereótipo.”
(Jornalista, PA)*

Em sua maioria, os jornalistas da amostra são empáticos à causa indígena, e sua posição tende a ser a de desejar atuar, até mais do que já têm feito, no sentido de difundir mais informações sobre o tema. Manifestam sentimentos de tristeza,

constrangimento e injustiça. Neste segmento, a indignação e o senso de urgência são expressivos.

São críticos, também, à própria mídia e refletem bastante sobre os valores e crenças da sociedade envolvente, entendendo que a opinião pública é muito desfavorável. Por outro lado, afirmam que vêm crescendo a consciência e a empatia em relação ao tema, especialmente entre os jovens.

Nesse contexto, o lugar percebido dos povos indígenas é de uma posição de luta e resistência diante de um cenário de opressão significativa. No entanto, apesar de reconhecerem a luta, consideram que a expressão dos povos indígenas no cenário público e político ainda é pequena, e que o jogo de forças contra eles é bastante desigual.

“Se for Bolsonaro, os povos tradicionais, eles também vão saber radicalizar, o clima não está bom, o clima não está ameno, quando você se sente muito excluído, você não tem nada a perder, se você não tem perspectivas e você está se sentindo excluído é o truco, a população tradicional vai saber reagir a altura.”

(Jornalista, AC)

III. Povos indígenas e a questão ambiental

A conexão dos povos indígenas com o meio ambiente é, em geral, reconhecida, especialmente entre os formadores de opinião e o público em geral mais empático à causa.

“No Brasil os povos tradicionais são aliados da maior importância nos esforços de combate às mudanças climáticas.”
(Ex-presidente)

Nem sempre, porém, esse reconhecimento é mencionado espontaneamente e apontado como uma contribuição importante dos povos indígenas para a sociedade brasileira.

Essa ligação profunda com o meio ambiente — cuja consequência é uma proteção aos biomas, com reflexos sobre toda a sociedade — tende a ser mais mencionada espontaneamente por quem já é envolvido ou interessado no tema de sustentabilidade.

Sob estímulo do conceito de Guardiões da Floresta, essa ideia é geralmente aceita, porém com ressalvas. Isto é, essa narrativa tende a ser reconhecida como uma realidade de alguns povos, ou como uma possibilidade de ser melhor desenvolvida, mas não para todos. Não é amplamente aceita a associação genérica dessa ideia aos povos indígenas como um todo.

Nesse sentido, o conceito de Guardiões da Floresta tende a receber tanto defesas quanto críticas em todos os segmentos, muitas vezes com base em argumentos semelhantes: por um lado, há essa relação com a natureza que é particular dos povos indígenas e que justifica o reconhecimento desse cuidado; por outro, entendem que nem todos os povos atuam com esse mesmo cuidado.

Quando defendida a ideia, sustenta-se a associação dos indígenas com preservação ambiental com base no tipo de uso que fazem da terra. As imagens mais associadas a isso são as florestas da Amazônia, reforçadas com fotos de satélite que confrontam o desflorestamento no entorno das reservas indígenas.

*“Esse termo traduz muito bem a relação destes povos com preservação. (...) As terras onde a gente tem mais preservação na Amazônia são as terras demarcadas, ocupadas pelos índios”.
(Empresas, Comunicação e Sustentabilidade)*

*“Eles são guardiões ecológicos, do clima e da riqueza cultural que é o passado. (...) É só você olhar uma foto via satélite da região do Xingu e o que é em volta, eu não tenho a menor dúvida que estes povos têm uma maneira de lidar com a natureza mais saudável que a sociedade urbana brasileira.”
(Empresas, Fundador)*

Já os questionamentos apontam, com frequência, que não deveria ser atribuída essa responsabilidade a eles. Guardiões, aliás, pode sugerir uma ideia que vai além do cuidado e manejo da terra no dia a dia, mas inclui também a defesa (inclusive armada) contra invasores. É nesse sentido que muitos afirmam que essa não é uma atribuição, capacidade ou obrigação dos indígenas, mas sim do Estado.

Outro questionamento é sobre atrelar os povos indígenas à floresta, sendo que eles estão ligados a diferentes biomas. Também importante é o argumento que afirma que eles não são os únicos protetores, pois os agricultores, por exemplo, também praticam ações de sustentabilidade.

De qualquer forma, a sugestão de vínculo entre povos indígenas e natureza é bem aceita. Além da proteção dos biomas em si, surge também a percepção de que esse cuidado com a natureza inclui saberes diferenciados e contribuições específicas dos povos indígenas, que poderiam constituir um valor a ser compartilhado com a sociedade brasileira. Tal narrativa tende a ser destacada apenas pelos entrevistados mais engajados e envolvidos com questões de sustentabilidade.

“A sugestão número um é nada para eles sem eles, ou seja, é o que eu chamo de pactuação como outros países fizeram. O presidente da República, da Câmara, do Senado, dos Supremos, governadores, sentarem com os chefes de nações, os conselhos dos anciãos dessas nações, para uma pactuação. E eu defendo o caminho de um programa de ativos verdes. Esse é um programa em que nós temos que trabalhar mais do que o crédito carbono, é o crédito floresta, ou seja, sustentar as florestas, as áreas de proteção obrigatória e pactuar alternativas de remuneração que permitam a manutenção pública e privada dessas áreas ainda não devastadas, essas áreas naturais. Junto com isso, o desenho de atividades econômicas que convivam com a sustentabilidade. O turismo, a cadeia produtiva do mel, o banco genético de sementes nativas voltadas para produção de plantas.”
(Governador)

ECONOMISTAS

Vale notar que, entre os economistas, há um entendimento de que a questão ambiental já está mais próxima de suas preocupações, sendo incorporada nas métricas de avaliação e remuneração do setor — embora talvez ainda em nível voluntário. A perspectiva, vista desse ângulo, é incluir o custo ambiental das ações econômicas. É em tal contexto que se menciona a ideia de que os povos indígenas podem pegar “carona” nas questões ambientais.

“Há realmente um crescimento vertiginoso do interesse internacional sobre a questão ambiental e do clima, que no caso do Brasil acaba ajudando a agenda indígena, porque você tem um governo que está lidando com as duas agendas da mesma forma. (...) Eu quero bater no Bolsonaro, porque eu quero reduzir o desmatamento da Amazônia, e para bater Bolsonaro eu vou chamar a atenção da questão indígena também.”
(Economista, Universidade).

IV. Povos indígenas, seus quereres e representatividade

a. Representação

Uma importante lacuna na imagem dos povos indígenas entre a população geral e os formadores de opinião é a quase ausência de referências atuais e nominais de representação dos povos indígenas nos cenários público e político — sejam grupos organizados, sejam nomes individuais. Há bastante desconhecimento, com pessoas incapazes de citar um nome sequer, especialmente quando se fala da representação pelos próprios indígenas. Nesse último caso, podem até ter em mente uma referência indígena, mas não conseguem lembrar o nome — talvez até pela dificuldade da língua. De qualquer forma, as pessoas mais citadas são a deputada federal Joênia Wapichana, Sônia Guajajara, Ailton Krenak, Raoni Metuktire e Davi Kopenawa.

Eu leio o jornal todo dia, pelo menos dois, Estadão e Valor, todo santo dia, eu monitoro Brasília todo santo dia, mas não está no meu radar (...) não me vem um nome, uma figura. Normalmente você sabe, você sabe quem são os representantes da FEBRABAN, os representantes da indústria montadora, você sabe quem está brigando ali por Manaus, você sabe minimamente quem está olhando para caminhoneiro, você sabe quem está olhando do ponto de vista de policiais, estão preocupados, não deixam de ser comunidades, você sabe quem está defendendo, uberistas, taxistas, mas e comunidades? Eu não sei.”
(Empresas, Assuntos Governamentais e Regulatórios)

Um número muito reduzido de entrevistados citou nomes específicos de ONGs. A Coiab foi a organização indígena mais lembrada, majoritariamente por jornalistas regionais. O ISA foi mencionado por um pequeno número de políticos, e o Greenpeace foi a única organização citada nominalmente pela população geral.

Muitas vezes, a pouca presença na mídia é citada como explicação. Embora isso seja reforçado por todos os públicos, inclusive pelo segmento de jornalistas, é possível relativizar tal informação. Um exemplo disso é o fato de que, entre o público em geral, embora o trabalho de campo tenha acontecido na época das mobilizações indígenas relacionadas ao Marco Temporal, poucos lembravam de notícias a respeito e, para a grande maioria, esse tema teve de ser explicado.

Outro fato muito comum é atribuírem a representatividade desses povos a agentes institucionais não indígenas — Funai, ONGs, alguns grupos religiosos e antropólogos, especialmente nos segmentos de formadores de opinião mais distantes do tema. Ao mesmo tempo, nota-se certa tendência a criticar o papel dos três primeiros agentes não indígenas. É comum que a Funai, quando mencionada, seja questionada por jornalistas, empresários e políticos quanto a seu papel de intermediação dos desejos dos povos indígenas. Também é mencionado o esvaziamento da instituição no atual governo. Por outro lado, vemos que as ONGs, conforme explicado anteriormente, também são questionadas — especialmente entre os grupos mais à direita — por supostamente induzirem os indígenas a agir segundo seus próprios interesses, muitas vezes de origem “internacional”. As organizações religiosas também são criticadas por representarem uma interferência cultural.

De qualquer forma, há aqueles que falam de uma perspectiva mais próxima dos representantes locais, como políticos e jornalistas, trazem mais referências e possuem melhor noção da capacidade de organização.

“A gente percebe que eles participam mais das discussões políticas e dos atos políticos em si pela defesa da terra e da memória deles, eu percebo que eles são mais ativos hoje do que seria há vinte anos.”

(Jornalista, PA)

“No Senado, os povos indígenas participam na Comissão de Assuntos Sociais e na Comissão de Meio Ambiente.”

(Senador, MS)

b. Seus quereres

Diante dessas várias lacunas no debate sobre representatividade, surge, como um tema bastante relevante e, ao mesmo tempo, cheio de ruídos, a questão: o que querem os povos indígenas? Vemos que diversas narrativas questionam se seus desejos estão realmente sendo expressos e bem representados, ou não.

A possibilidade de uso e exploração de suas terras, por eles próprios ou por terceiros, é o ponto mais sensível deste debate sobre a representação dos desejos dos povos indígenas em relação às suas terras.

“Como empresa, a gente não compra produção em área indígena, é uma área de proteção. Mas quando eu sento para conversar com algumas comunidades indígenas, eles falam: eu quero produzir, eu quero ter o meu recurso financeiro e trabalhar para garantir minha cultura indígena. Não quero ter que sair daqui por não ter o que comer. (...) Eles falam que gostariam de produzir soja em 2% da área indígena, e tem que ser naquela região porque fica mais distante das regiões

espirituais e seus rituais. Eles sabem exatamente o que querem fazer. Por que não posso respeitar isso?”

(Empresas, ESG, Sustentabilidade e Compliance)

Esse é um tema certamente complexo, já que, de fato, o plano dos desejos dos povos indígenas não parte de um lugar genérico, mas é algo muito singularizado para cada povo em cada localidade. Algumas poucas vozes entrevistadas reconhecem, inclusive, que o próprio consenso entre os povos indígenas também é um caminho complexo, que envolve diálogos necessários e dissensos.

“Se você tiver uma comunidade indígena cuja aspiração por exemplo, seja querer que seus descendentes sejam educados nas melhores escolas e consigam bons empregos no meio urbano, eu tenho dificuldade de crer que alguma entidade do movimento indígena dará espaço para essa voz prosperar”

(Economista, Universidade)

De qualquer modo, as grandes causas dos povos indígenas são conhecidas, ainda que de forma genérica. Saúde, educação, estrutura e tecnologia compõe um grupo de temas. As reivindicações por demarcações e a manutenção de terra compõem o outro grande tema relevante, e que como vimos é o certamente o mais polêmico.

c. Direito e identidade

No que tange ao debate sobre quereres e direitos, emerge ainda uma dificuldade adicional. Para a sociedade envolvente, uma particularidade da questão indígena é que esses temas de direito são todos perpassados por uma linha que os amarra à questão da identidade indígena. Isto é, são temas que envolvem direitos diferenciados — da lógica do direito à terra em oposição à posse por compra, além do acesso privilegiado a atendimento de saúde, por exemplo. A justificativa da diferenciação está ligada à identidade também diferenciada. Ocorre que, num contexto de baixa coesão social (mencionado no início deste documento) e baixo nível educacional (grande desconhecimento, especialmente na sociedade em geral, sobre conceitos de identidade, alteridade e inclusão), o tema se torna sensível e polêmico.

Assim, observamos, na população geral, mas também em entrevistas com diversos segmentos de formadores de opinião (nesse caso, porém, sempre uma minoria na amostra), um questionamento dos direitos indígenas baseado no questionamento de sua identidade. Via de regra, isso parte da percepção de que, se os indígenas “mudarem”, especialmente no que diz respeito à aquisição de bens materiais ou culturais (acesso à educação superior), podem deixar de ser indígenas.

Assim, observamos, entre a população geral e numa amostra minoritária dos formadores de opinião, que os direitos indígenas são questionados com base no que se entende por identidade indígena. Via de regra, isso parte da percepção de que, se os indígenas “mudarem” sua forma de ser e viver, especialmente no que diz respeito à aquisição de bens materiais ou culturais (acesso à educação superior, por exemplo), podem deixar de ser indígenas.

d. Imagens icônicas

Para complementar essa complexidade, parece haver uma pobreza de imagens icônicas para falar da representatividade e ação política dos povos indígenas. Muitas vezes, as imagens que predominam são negativas e repetidas como verdades “genéricas” — como, por exemplo, os pedágios indígenas em rodovias e os indígenas com “iPhone”.

Surge o desafio, portanto, de, ao mesmo tempo, promover imagens icônicas de força e coesão e demonstrar a diversidade e multiplicidade de culturas e quereres dos povos indígenas.

V. Fontes de informação e eventos

Quando tratamos das fontes de informação, observamos um grande funil que aponta largamente para as mesmas fontes: os grandes veículos de mídia, jornais *on-line* e televisivos, de abrangência nacional e internacional (principalmente entre formadores de opinião, economistas e pessoas do segmento de empresas). Mesmo entre jornalistas, essas são fontes de informação importantes e consultadas diariamente.

Assim, muito do que sabem sobre a questão indígena é baseado, com frequência, nos mesmos veículos: Folha, Estadão, CNN, GloboNews, Jornal Nacional, Jornal da Record

etc. Há, também, os jornais *on-line* de plataformas como G1, UOL, Folha e Terra. Os jornais locais também são acompanhados pela população geral e pelos formadores de opinião da região Norte.

As redes sociais são mencionadas com mais frequência, como fonte de consulta, entre o público em geral. Entre os formadores de opinião essa fonte é menos consensual, mas, de todas as redes, o Twitter é a fonte mais valorizada: rápida e com a presença de pessoas com falas relevantes para temas de debate públicos.

Vale dizer que uma questão muito presente é a desconfiança em relação à fonte das informações. Há uma grande crise de credibilidade na qualidade das informações sobre assuntos considerados polêmicos, entre os quais se incluem povos indígenas e tradicionais e temas ambientais. Em particular, quem mais reclama da polarização, menos confia nas informações existentes, especialmente na mídia.

“Dependendo de onde você lê, você vai ver um extremista para um lado e um extremista para outro, se houvesse um espaço mais imparcial nesse debate com especialistas que discutissem o tema, eu conseguiria inclusive, ter mais informação e mais opinião sobre isso.”

(Empresas, Diretor-presidente)

Nesse contexto, os formadores de opinião apresentam demandas por fontes alternativas confiáveis, mas acessíveis, e estudos de avaliação de impacto. Genericamente falando, entre os formadores de opinião, as fontes de origem mais acadêmica, como estudos e mapeamentos, são muito valorizadas.

“A imprensa se nutre da pesquisa técnica, em estudos técnicos. Mas fica comprometido o trabalho, como vai divulgar, divulgar o quê? Não tem conteúdo para divulgar.”

(Economista, Universidade)

No que diz respeito a eventos, relatam a participação, especialmente em temas ligados ao meio ambiente e à sustentabilidade, mas isso não é geral. Revelam, porém, que mesmo em eventos sobre esses temas, não encontram a presença de representantes indígenas na maioria das vezes.

São mais os políticos que relatam contato com esses povos em debates e comissões, ou quando os recebem em seus gabinetes.

Um ponto comum ressaltado pelos jornalistas é a importância dos Jogos Indígenas. Além de muitos deles já terem feito cobertura dos jogos, é um momento propício para gerar notícias e divulgar informações para a população em geral.

JORNALISTAS

Jornalistas apontam ter, como fontes de reportagem, o apoio de universidades e institutos locais, além de muitas vezes terem acesso a um rol de representantes indígenas. Fala-se em jornalismo científico como um possível caminho para tratar de questões ambientais e indígenas. Jornalistas da região Norte, em particular, valorizam muito a qualidade das universidades e institutos locais e lamentam que não sejam amplamente conhecidas em todo o Brasil.

“Eu sou bastante tradicional no meu consumo de notícias, eu sou assinante da Folha e da revista Piauí. A Folha eu acho que faz um trabalho muito bom, talvez nem em profundidade, tem um leque muito grande de assuntos que aborda, mas acho que trata muito bem, principalmente do ponto de vista político. Eu me informo com eles sobre o que está acontecendo acho que é um acompanhamento que me permite como jornalista estar minimamente bem informado. Eu gosto da Piauí porque a Piauí ela avança também na área de jornalismo científico, volta e meia vem uma reportagem de maior fôlego sobre descobertas que estão acontecendo lá, de plantas medicinais. Agora recentemente o João Moreira Salles fez uma série chamada Arrabalde, sobre a ocupação da Amazônia. E sou o cara que estou fazendo todo esse discurso para você e nunca fui lá. Então a gente que está tão distante e sabe disso só como uma ideia, essa reportagem nos aproxima da tensão que existe lá.”
(Jornalista, GO)

ECONOMISTAS

O segmento de economistas é o público que mais faz menções a estudos acadêmicos, relatórios de instituições e fontes mais variadas de informação, inclusive a mídia

internacional. É um segmento que demanda esse tipo de informação para avançar em suas reflexões, e é o segmento mais questionador sobre as fontes de informação em si. Como em outros segmentos, também há uma percepção de debate polarizado, algo que muito os incomoda. Nesse contexto, surgem ainda mais questionamentos que revelam, inclusive, certa desconfiança sobre a qualidade e origem dos dados. Nota-se certa ansiedade quanto ao que não se sabe — abrindo-se, portanto, um espaço para um diálogo qualificado, baseado em estudos.

“A gente (Brasil) não consegue uma avaliação de impacto adequadamente, a gente não consegue discutir dilemas embasados e ter fóruns de discussão como no resto do mundo. Com base num projeto executivo bem feito e com muito detalhe, o poder público poderia enfrentar os temas regulatórios, qual impacto no meio ambiente, qual tipo de compensação, qual impacto sobre os povos, fazer audiências públicas, ouvir as visões e as divisões, discutir com a sociedade as alternativas. (...). Quando você vai ver os estudos o que aparece tanto de um lado quanto do outro, tanto estudos oficiais quanto de organizações, não param em pé. (...) Com frequência, números falsos sem nenhuma contrapartida com a realidade”.
(Economista, Universidade)

EMPRESÁRIOS

As fontes de informação consistem em uma composição variada de veículos tradicionais (jornais e revistas nacionais e algumas estrangeiras). Para os mais envolvidos em questões de sustentabilidade e ESG, as fontes específicas do tema são importantes. Pontualmente, em perfis mais envolvidos também em projetos de campo, são mencionadas fontes acadêmicas. Ademais, há menções a participação em grupos de WhatsApp de pessoas ligadas à sustentabilidade, fonte essa que cresce em relevância.

“Todo dia leio alguma coisa de fora, porque às vezes eu fico desconfiado do que sai no Brasil.”
(Empresas, Diretor-presidente)

POLÍTICOS

Embora os políticos também sejam leitores das mesmas fontes que os demais, isto é, a grande mídia, baseiam suas decisões em fontes de informação específicas.

Uma delas, especialmente para deputados federais e senadores, são os resumos analíticos elaborados por assessores de gabinete, que recebem as demandas da sociedade e também organizam as informações para as participações dos políticos em reuniões. Além disso, também se informam ao participarem de grupos de trabalho no Planalto. Outra fonte relevante vem do “corpo a corpo”, ou seja, seus contatos com representantes locais e visitas e demandas que recebem nos gabinetes. Parecem confiar bastante nessas fontes próximas às realidades mais particulares.

“Eu trabalho muito com a equipe de assessores que, evidentemente, me traz documentos. E acaba que você, como parlamentar, trata de um mundo de coisas, entendeu? Eu não consigo me dedicar só ao tema do meio ambiente. Eu não sou um especialista. Eu brinco sempre, quem for governador, mesmo senador, tem que ser um bom clínico geral e ser cercado de bons especialistas. Você sabe de tudo um pouco. E tem que ter gente do seu lado que saiba de um pouco tudo, que sejam focados”
(Senador, Região Nordeste)

VI. Projeção de futuro

A projeção de futuro varia a partir das diferentes perspectivas de onde se parte. Os mais engajados em ações voltadas à sustentabilidade ou projetos sociais tendem a ser mais positivos, até por um olhar mais progressista. Muitos, porém, veem com preocupação o futuro dos povos tradicionais, com base numa análise negativa do cenário atual.

No cômputo geral, a projeção de futuro é sobretudo negativa, marcada pela atuação do atual governo contra os interesses dos povos tradicionais e indígenas; pela não percepção do capital político dos indígenas na agenda pública; e pela desconstrução atual das políticas públicas e ambientais.

“Nos últimos anos de governo Bolsonaro, há um processo de perdas significativas que a gente vê num grau mais claro, explícito do que as minorias tradicionais. Já tinha dificuldade em conseguir conciliar a sua sobrevivência, sua existência em áreas que têm um peso crescente do agro e agora ainda mais com um presidente e um governo que é francamente contrário à agenda indígena. Se já era difícil está muito pior.”
(Economista, universidade)

Por outro lado, as narrativas de um futuro mais positivo se baseiam na crença da força do movimento ambiental, que, além de global, é considerada irreversível. Trata-se de uma questão de esperança, mesmo, no potencial dos movimentos mais progressistas.

“A gente tem muitas forças progressistas com uma visão de mundo interessante ligada à regeneração do planeta. Eu acho que essas forças (progressistas) tendem a crescer, enquanto as forças reacionárias elas tendem a enfraquecer, porque elas estão indo cada vez mais na contramão do mundo. Essa tomada de consciência da necessidade de regeneração do planeta é algo que dialoga muito mais com a questão indígena e dos povos ancestrais do que essa questão reacionária que parece que não vê os problemas e desafios ambientais globais que a gente tem hoje. Essas forças reacionárias tendem a ser cada vez mais suplantadas pelos fatos, cada vez mais a gente vai ter dificuldades climáticas.”
(Empresas, Fundador)

“Olha, eu acho que a gente tem uma urgência ética da geração, eu quero deixar para outra geração melhor do que eu recebi, foi a mesma urgência que meus pais tiveram conosco, que seus antepassados tiveram, acho que essa, nosso compromisso ético, deixar para as próximas gerações uma sociedade melhor do que nós recebemos, do que nós vivemos, uma sociedade que não se mate índio, não se mate negro, não se mate LGBTQI, que não se mate por falta de vacina, que chegue antes do problema, que não se mate uma mulher por ela ser mulher, chegue antes do problema e isso é possível e quando se quer acontece, eu presenciei isso no governo de SP, então mesmo numa escala

menor, mas houve, então eu tenho essa experiência, já tive essa vivência, quando se quer é possível, quando se tem um compromisso é possível, mesmo com todas as dificuldades apresentadas. Então tem que ter esperança, esperança revolucionária, ela muda, se você fica na apatia, achando que não vai acontecer, aí a voz do seu inimigo prevalece, daquele que não faz acontecer. Já dizia o poeta, 'quem sabe faz a hora, não espera acontecer'."

(Deputada estadual, SP)

O ponto de inflexão para esse futuro, citado por grande parte dos formadores de opinião, é a reeleição ou não de Bolsonaro. Com Bolsonaro reeleito, a regressão observada nas pautas sociais e ambientais e, especialmente, na agenda dos povos indígenas aponta para um cenário até de extermínio. Com sua saída em 2022, prevê-se uma reconstrução social, mas percorrendo um caminho talvez longo.

"É um sentido de tragédia quase, acho que a palavra que a gente vê para essa população olhando para frente, se continuar dessa forma, imaginando que o Bolsonaro ganhe o ano que vem (...) um ponto de não retorno complicado para essa população em termos de políticas públicas."

(Economista, Consultoria)

Alguns acreditam, assim, que essa será a década definidora tanto para questões ambientais quanto para os povos indígenas.

JORNALISTAS

Tendem a ressaltar a atual situação crítica e apontam, como possibilidades, a importância da educação da população; a possível adesão da sociedade às causas indígenas a partir da conscientização; e a própria resistência indígena que já vem acontecendo.

POLÍTICOS

Dividem-se entre o otimismo e pessimismo. Quando otimistas, apostam na possibilidade de uma política melhor (com representantes melhores), no aumento da representatividade indígena e na contínua mobilização desses povos. Também veem a

conscientização dos mais jovens e o surgimento de uma consciência de sustentabilidade no cenário agrícola, o que impactaria não apenas o meio ambiente, mas também os povos tradicionais. Quando pessimistas, vislumbram um panorama muito negativo de assimilação e possível extinção.

EMPRESÁRIOS:

Há uma visão de evolução das questões ambientais, contando com o papel das empresas para tal e a formação de parcerias entre sociedade, governo e empresas. Indiretamente, então, essa possibilidade pode vir a se refletir também sobre os povos indígenas.

“Tem um movimento muito interessante das empresas que se acelerou durante a pandemia, para realmente ter um plano mais coordenado entre as empresas brasileiras e multinacionais, que não existia antes, na minha opinião. A gente vê empresas mobilizando para mudar o rumo das coisas. Uma convergência que é interessante entre as ONGs, as empresas e o poder público, isso é novo também. Quando eu falo de poder público, eu falo de federação, estados e municípios.”

(Empresas, Relações Institucionais)

“Quando vejo as discussões políticas, eu acho aquilo tão atrasado, pobre, sem repertório, que nem sei se vale a pena para um povo ancestral. Um lugar que está aflorando é justamente o lugar das iniciativas locais, o lugar dos coletivos, o lugar das pessoas da sociedade civil se mobilizando. Eles não vão encontrar aliados no governo, vão encontrar mais aliados na sociedade civil.”

(Empresas, Comunicação e Sustentabilidade)

ECONOMISTAS:

Tendem a ser os mais negativos entre os formadores de opinião, com base em uma visão estrutural social e macroeconômica, o que também depende do futuro governo.

POPULAÇÃO GERAL:

Há uma perspectiva geral mais negativa sobre o futuro dos povos indígenas. O prazo de dez anos é visto como muitos como o período no qual eles estarão mais distantes de suas tradições, mais próximos das cidades e com suas terras diminuídas.

Essa visão tão pessimista se baseia no pouco reconhecimento da força desses povos, em sua limitada presença nos cenários público e político e na associação entre esses povos e fragilidades e ameaças. Soma-se a isso uma frágil visão histórica que desconhece a capacidade de resistência dos povos indígenas, suas conquistas e superações. Sendo assim, chegamos a uma visão negativa, que mais “desempodera” do que colabora para a causa indígena.

Nos perfis menos empáticos, o olhar sobre o futuro dos povos indígenas chega a soar como um desejo pessoal.

As menções, mais minoritárias, sobre um futuro positivo para os povos indígenas dizem respeito a se beneficiarem do intercâmbio cultural, em contatos com tecnologias e educação, sem perderem suas tradições.

VII. Avaliação de campanhas

As campanhas foram avaliadas em sistema de rodízio. Foram apresentadas até duas campanhas por entrevista, num total de sete campanhas avaliadas.

FORMADORES DE OPINIÃO:

As narrativas e o protagonismo dos próprios indígenas, especialmente as mulheres, na campanha são bastante valorizados, assim como os cenários reais, que aumentam a credibilidade. Surge, porém, um desejo por vozes que possam trazer um contraponto à visão exclusivamente indígena na narrativa. Além disso, são muito apreciadas as mensagens informativas com dados resultantes de pesquisas.

A apresentação da diversidade de culturas e saberes indígenas abarca uma ideia de respeito, que consideram muito importante, assim como a desmistificação de estereótipos, apresentando os povos indígenas em cenários e comportamentos mais atuais. Além disso, destacam a visão de que os povos indígenas cuidam da biodiversidade e como isso contribui para a questão ambiental.

Já as propostas muito contundentes, que evoquem a ideia de “nós contra eles”, ou “vilões e heróis”, geram desconforto e tendem a ser lidas como posicionamentos ideológicos, que não favorecem o debate.

Há uma valorização também do uso do humor, mas nesse caso, é maior a necessidade de a mensagem final ser bem amarrada, para não ficar solta e dependendo exclusivamente da capacidade do espectador de interpretá-la e perceber a ironia.

POPULAÇÃO GERAL:

São apreciadas as composições visuais bem trabalhadas, acompanhando as narrativas mais emotivas e mostrando a natureza e as tradições indígenas. As narrativas na voz dos próprios indígenas são valorizadas.

No entanto, propostas contundentes geram desconforto — evocam sentimentos de culpa, tristeza ou impotência, principalmente pela narrativa falada.

VIII. Conclusões

Podemos afirmar que, atualmente, os povos tradicionais e indígenas não fazem parte de uma pauta de interesse relevante da sociedade brasileira — a não ser por uma parcela da população historicamente mais engajada com essa e outras pautas sociais e ambientais. Para a população geral e para os formadores de opinião, a imagem mais forte dos povos indígenas no Brasil é de que se trate de um assunto social delicado e polêmico, que chega a incomodar.

Há uma dificuldade em compreender questões sobre identidade e alteridade. Tem-se, muitas vezes, uma visão estática e um olhar ligado ao velho evolucionismo cultural, o que leva, com frequência, a visões fatalistas sobre o futuro dos povos indígenas. Diluição cultural, assimilação e extermínio são termos utilizados.

Além disso, somos uma sociedade desigual e um tanto fragmentada. Num cenário de baixa coesão social, agravado mais recentemente por um contexto especialmente degradado resultante da crise econômica e da pandemia, brasileiros e brasileiras buscam garantir suas próprias necessidades. De forma simplificada, os povos indígenas

podem ser vistos como “mais um grupo” no espaço das disputas por direitos e benefícios.

O debate sobre os direitos dos povos indígenas tende, assim, a ser atravessado por um questionamento sobre sua contribuição para a sociedade. Observamos, nesse sentido, que predomina a percepção de trocas desiguais, isto é, um olhar que demanda — mas não enxerga — uma possibilidade de trocas entre povos tradicionais e a sociedade brasileira. Além disso, parece não reconhecer os direitos assegurados aos povos tradicionais pela Constituição de 1988.

Entre os formadores de opinião, especialmente economistas e empresas, observam-se algumas tentativas de construção de caminhos e de propostas que envolvem a atribuição de uma função econômica e produtiva como forma de inclusão e sustentabilidade dos povos indígenas.

Outro aspecto que complica a difusão do trabalho de *advocacy* dos povos indígenas é o grande desconhecimento dos públicos entrevistados sobre sua realidade e culturas, acrescentando-se a isso sua baixa visibilidade.

Devido à falta de conhecimento sobre a complexidade da realidade indígena, os inúmeros povos e suas situações diversas, há uma tendência de simplificação que toma a parte pelo todo, por vezes reforçando ainda mais a crítica ou rejeição e utilizando recortes de exemplos negativos que são projetados sobre o todo.

De forma geral, sabem identificar as grandes pautas indígenas ligadas aos direitos sociais e territoriais, mas não as demandas específicas e locais de cada povo e os pontos de tensão com a sociedade envolvente.

Observamos que, sob a superfície das principais narrativas sobre os povos indígenas, existe uma pergunta que não é, com frequência, verbalizada de fato: afinal, o que querem os indígenas? O que é o querer desse “outro”, tão diferente? Ou serão quereres? Embora haja um conhecimento sobre as principais demandas temáticas desses povos (terra, saúde e educação), falta ainda um reconhecimento do porquê de essas causas serem necessárias e legítimas, um conhecimento mais tangível sobre como efetivá-las.

Esse cenário certamente se desenha, conforme a análise dos próprios formadores de opinião entrevistados, em função de um contexto brasileiro de grandes problemas educacionais e, também, pelo filtro da grande mídia, principal fonte de informação de todos.

Há, ainda, outro elemento que impacta negativamente a imagem dos povos indígenas, que é o desconhecimento da sua capacidade de organização, mobilização e representação. Constatamos que há pouca lembrança de sua presença na mídia e de representantes indígenas. Reconhecem-se representantes intermediários (Funai, ONGs, ou religiões) que, porém, são criticados e desautorizados.

Não são enxergadas a força e a resistência dos povos indígenas. Portanto, mesmo os sentimentos de solidariedade e empatia, quando não embasados no conhecimento sobre a força desses povos, podem enfraquecer as narrativas sobre eles.

Apesar de um contexto geral que não transparece favorabilidade, há caminhos possíveis para criação de pontes de diálogo. Durante o estudo, observou-se uma maioria de formadores de opinião abertos à reflexão, bem como uma boa parcela da população geral com disposição para abrir um canal de interesse e sensibilização em relação ao tema. Essa disponibilidade sinaliza um desejo geral de abandonar a dicotomia dos debates — a infelizmente velha conhecida “polarização”. Há uma carência, em certa medida, de informações legítimas e críveis.

Nesse sentido, o caminho apontado pelos formadores de opinião é o diálogo: ouvir os povos indígenas, a sociedade mais ampla e as comunidades e agentes locais.

Se o caminho é o diálogo, é preciso que haja mais espaços onde os quereres indígenas e os das sociedades envolvidas possam ser debatidos, o que possibilitaria, de fato, um avanço rumo a novos caminhos.

Os entrevistados que já têm mais experiência de contato e diálogo com sociedades indígenas indicam que há um caminho “micro”, ou seja, em cada realidade local, que compõe mosaicos de necessidades particulares. Citam-se, por exemplo, parcerias com diversos agentes, empresas, governos e comunidades locais, bem como a presença de representantes indígenas em espaços públicos e políticos locais (como vereadores, prefeitos, cargos em secretarias etc.).

Há, também, uma jornada “macro”, em âmbito nacional, que representa um percurso longo e necessário: a ocupação de mais espaços políticos federais, com uma conscientização nacional sobre a realidade e as contribuições dos povos indígenas por meio de maior divulgação de informação e educação.

Em ambos os aspectos, os passos parecem apontar para o desenvolvimento de uma noção de um grande “nós”, abandonando a dicotomia “nós *versus* eles” para ensinar a sociedade brasileira a compor uma concepção de coletivo que inclua sua diversidade social.

Para isso tudo, os formadores de opinião tendem a depositar esperança nos mais jovens, por enxergarem neles mais conscientização e empatia com a diversidade. Além disso, aspiram pela circulação de informações de boa qualidade, e uma fonte de grande credibilidade são as universidades e instituições científicas.

Diante do quadro atual e das possibilidades nele apresentadas, pairam algumas perguntas no ar: “Quais são os futuros possíveis?” e “Haverá um futuro melhor?” A resposta é: “Depende”. Muitos entrevistados expressam preocupações severas com as condições atuais dos povos indígenas, além daquelas relacionadas às questões ambientais — como o aquecimento global, o desmatamento e a crise hídrica.

Um possível ponto de inflexão — ainda nesta década no Brasil — seria a reeleição, ou não, de Bolsonaro. Isso se deve ao fato que, além de toda complexidade das questões inerentes ao lugar das sociedades indígenas, há, ainda, o impacto negativo do governo federal em exercício, reconhecido pelos formadores de opinião como abertamente contrário aos povos tradicionais e aos povos indígenas. Com ele, o caminho é definitivamente visto como pessimista. Sem ele, vislumbra-se um cenário de reconstrução possível, aproveitando as forças progressistas envolvidas nos temas sobre meio ambiente.

De qualquer forma, há, sim, espaço para esperança, porque “a esperança é revolucionária”, como disse uma entrevistada. Uma possibilidade apontada é, de fato, caminhar lado a lado com a conscientização ambiental — um tema amplamente reconhecido por todos os segmentos. Isso pode ocorrer por meio da ampliação de estudos que comprovem a importância dos povos indígenas para a agenda climática-

ambiental e que comuniquem, de forma mais ampla, essa conexão entre os dois temas. Além disso, é importante fortalecer e divulgar a força crescente desses povos mediante sua própria auto-organização.

Apêndices

Lista das principais peças de comunicação e de campanhas avaliadas na pesquisa:

Cura da Terra

<https://www.youtube.com/watch?v=vFqEun5NzT8&list=PLby1aaUYhGBdfRo5k7nGHKljLMEt3bYPM>

Guardiões das Florestas

<https://www.youtube.com/watch?v=3tnUHmgkRck>

Menos Preconceito Mais Índio

<https://www.youtube.com/watch?v=uuzTSTmlaUc&list=PLuEinXoIOID-2YB7l6lI1qqN9cn9ptwgC>

Nossa luta é pela Vida!

https://www.youtube.com/watch?v=hkAP8i3ijZM&feature=emb_imp_woyt

Vidas Quilombolas Importam

https://www.youtube.com/watch?v=SoazxfaQOWY&list=PLi_6zlofiwvpdC3QzBXSsV7EHVSmWYbZV

Saudações em diferentes línguas indígenas

<https://www.youtube.com/watch?v=CnqnYaqRMz0>

